CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1830/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP: 21/2026

O MUNICÍPIO DE TRAJANO DE MORAES, pelo Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Dr. José de Moraes, sn, Centro, Trajano de Moraes/RJ, representado neste ato pela Secretária Sra. Janaína de Carvalho Cunha Guzzo, portadora da carteira de identidade nº 102698982 e CPF nº070.740.197-63, daqui por diante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa

GLORIOSO COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA, situada na Rua Ranulpho de Matos Fernandes, nº06, Parque Fundão, Campos dos Goytacazes/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.910.344/0001-52, daqui por diante denominada CONTRATADA, representada neste ato por Davi Monteiro Macedo, portador da carteira de identidade nº 257025114 e CPF nº183.841.977-25, doravante denominada **CONTRATADA**,

resolvem celebrar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO,** sob a regência daLei Ordinária Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e do Decreto Municipal nº 86/2023, assim como das demais disposições normativas incidentes, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente contrato é:

Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e o Hospital Municipal Francisco Limongi, conforme as especificações constantes Termo de Referência.

Parágrafo Único. As partes convencionam, para fins legais, que o objeto deve ser considerado entregue ou executado Rua Dr. Ney Fortuna, nº 30, Centro (próximo ao campo), Trajano de Moraes – RJ.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS PRAZOS

O prazo de vigência do contrato será de **02 (dois) meses** contados a partir da data da assinatura do presente instrumento. Caso as partes assinem o instrumento em momentos distintos, o prazo será computado a partir da última assinatura aposta.

Parágrafo Primeiro. O prazo contratual poderá ser prorrogado, quando couber, na forma do art. 107, da Lei Federal nº 14.133/21.

Parágrafo Segundo. O reajuste será especificado nas cláusulas contratuais, tendo como termo inicial a data de assinatura do contrato, e índice o IPCA.

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152

Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:39:14 -03'00'

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes ao presente contrato;

c) exercer a fiscalização do contrato;

d) receber provisória e definitivamente o objeto do presente contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) entregar/executar o objetodo contrato, de acordo com o especificado no edital e seus anexos;

b) entregar/executar o objeto do contrato sem qualquer ônus extras para o **CONTRATANTE,** estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, frete e seguro;

c) manter em estoque um mínimo de material necessário à execução do objeto do contrato;

d) comunicar ao Fiscal do contrato por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

e) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeito ou incorreções resultantes da execução irregular ou do fornecimento em desconformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, no prazo de até 10 dias;

f) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à realização do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA	FUNCIONAL	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
Secretaria Municipal de Saúde	0218011030200372060	3390300	1635000

Parágrafo Único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152

Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:41:27 -03'00'

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO:

O preço pelos serviços prestados e/ou mercadorias entregues será **R$ 16.118,20 (dezesseis mil cento e dezoito reais e vinte centavos).**

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nomeia-se fiscal do contrato para acompanhá-lo e fiscalizá-lo do início ao fim, ou até que seja substituído por portaria, o(a) servidor(a):

Sonia Regina D. Silva
MATRÍCULA 4342.

Parágrafo Primeiro. O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência/Projeto Básico, da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Segundo. O objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

Em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, em até 15 (quinze dias);

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Em se tratando de compras:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, em até 15 (quinze dias);

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, em prazo não superior a 90 (noventa) dias.

Parágrafo Terceiro. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital e do Termo de Referência deverão ser recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 05 (cinco) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto. A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto. A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DAS RESPONSABILIDADES

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:41:41 -03'00'

responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA é obrigada a reapresentar automaticamente, independente de notificação, a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

Parágrafo Segundo. A ausência da apresentação dos documentos mencionados no parágrafo anterior ensejará notificação da CONTRATADA com prazo de **10 (dez) dias** para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias não comprovadas e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sujeitando-seàs penalidadesprevistas nesse contrato, na hipótese de descumprimento total ou parcial das obrigações.

Parágrafo Terceiro. Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido com imposição de penalidades.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar o preço convencionado, conforme cronograma ajustado, mediante comprovação do adimplemento do objeto, proporcionalmente aos serviços prestados. O pagamento deve ser efetuado através de depósito na conta corrente informada que CONTRATADA, desde que seja de sua própria titularidade.

Parágrafo Primeiro. Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

Parágrafo Segundo. A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à Secretaria de Fazenda do Município de Trajano de Moraes, acompanhada da documentação de comprovação de regularidade fiscal e se o objeto tratar de serviço também deverá acompanhar o comprovante de recolhimento mensal do FGTS e do INSS.

Parágrafo Terceiro. O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias**, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela e somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

Parágrafo Quarta. Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de **30 (trinta) dias** ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Quinto. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização monetária na forma da Emenda Constitucional nº 113/2021, ou seja, pela SELIC (que já inclui juros moratórios em sua composição), e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste contrato serão feitos com desconto de 0, 0333% ao dia.

Parágrafo Sexto. A CONTRATADA deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:41:53 -03'00'

deverá observar a forma prescrita no § 1º, alíneas a, b, c e d, do art. 2º da Resolução SER 047/2003.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 124, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser extinto nas situações constantes no artigo 137 da Lei 14.133/21, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo Primeiro. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.
Parágrafo Segundo. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da assinatura.
Parágrafo Terceiro. Na hipótese de extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
III - execução da garantia contratual para:
a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução total ou parcial do Contrato, o retardamento da entrega/execução do objeto ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) Advertência;
b) multa administrativa;
c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro. A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da infração cometida.
Parágrafo Segundo. Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152

Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:42:14 -03'00'

Parágrafo Terceiro. A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão contratante, devendo ser aplicada pela **autoridade competente** com poderes para decidir na Administração Pública:

a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do *caput*, serão impostas por **autoridade competente com poderes para decidir na Administração Pública**

b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, prevista na alínea c, do *caput*, será imposta pelo **Ordenador de Despesa**;

c) aplicação da sanção prevista na alínea d, do *caput*, é de competência exclusiva do **Exmo. Senhor Prefeito.**

Parágrafo Quarto. A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

a) multa que não excederá, em seu total, 30% (trinta por cento) do valor do contrato;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

Parágrafo Quinto. O impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do *caput*:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 03 (três) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o contratado faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo Sexto. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do *caput* da **cláusula vigésima**, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Parágrafo Sétimo. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Oitavo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo Nono. A aplicação da multa de mora não exclui a possibilidade da Administração promover a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços, quando essa fora a modalidade, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo. A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152

Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:42:48 -03'00'

Parágrafo Décimo Primeiro. Ao interessado será garantido o contraditório e ampla defesa prévia.

Parágrafo Décimo Segundo. A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

Parágrafo Décimo Terceiro. A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do *caput*, e no prazo de **10 (dez) dias**, no caso da alínea d.

Parágrafo Décimo Quarto. Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Quinto. Os licitantes, adjudicatários e/ou contratados que forem penalizados com as sanções de impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração enquanto perdurarem os efeitos da penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, será cobrado judicialmente.

Parágrafo Único. Caso a **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, principal do débito, dos juros de mora, despesas de processo e honorários dos advogados públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.

Parágrafo Primeiro. O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

Parágrafo Segundo. Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação.

Parágrafo Terceiro. Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152

Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152 Dados: 2026.11.04 17:43:00 -03'00'

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado no instrumento que o Município utiliza para publicar seus atos oficiais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Comarca do **Município de Trajano de Moraes/RJ**, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordadas em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **03 (três) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Trajano de Moraes/ RJ, 04 de novembro de 2026.

JANAINA DE CARVALHO CUNHA GUZZO:07074019763

Assinado de forma digital por JANAINA DE CARVALHO CUNHA GUZZO:07074019763

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Janaína de Carvalho Cunha Guzzo
CPF nº070.740.197-63

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152

Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:43:17 -03'00'

GLORIOSO COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
Davi Monteiro Macedo
CPF nº183.841.977-25

Objeto/Histórico	Saldo Final		
	Quantidade	*Unitário*	*Total*
Carne Bovina – Acém Cortada em cubos, in natura, congelada, sem gordura, sem pelanca, sem sebo. Com...	80,000000	32,000000	2.560,00
Carne de Frango, coxa e sobrecoxa. Congelada, in natura. A ave deve ter contornos definidos, firmes...	100,000000	7,200000	720,00
Carne de Frango, peito sem pele, sem osso, cortado em fatias (filé), congelado. A carne deve ter con...	100,000000	14,650000	1.465,00
Fígado Bovino, congelado. Com cor, cheiro e sabor próprios; sem manchas esverdeadas e parasitas; Na...	30,000000	12,400000	372,00
Filé de Tilápia, Sem pele, Sem espinha, congelado, com cor, cheiro e sabor próprios; sem manchas esv...	50,000000	31,000000	1.550,00
Linguiça toscana tipo pernil. Com aspecto, cor e cheiro característicos. Livre de parasitas, micróbi...	20,000000	11,300000	226,00
Patinho bovino moído: Carne de primeira qualidade, moída, congelada, sem sal, sem tempero, sem molho...	50,000000	22,160000	1.108,00
Abóbora moranga	60,000000	4,700000	282,00
Abobrinha: fruto alongado, sem pescoço, com casca firme, lisa, lustrosa e macia, cor verde brilhante...	40,000000	2,430000	97,20
ALHO DE CABEÇA	50,000000	15,800000	790,00

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152

Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:43:53 -03'00'

Qualidade exigida: 1ª. Tamanho e coloração: uniformes. Consumo imediato e em escala, no decorrer da ...	**20,000000**	**3,000000**	**60,00**
Características: Produto selecionado consistente ao toque e isento de partes amassadas ou batidas	**60,000000**	**4,650000**	**279,00**
Beterraba- de primeira qualidade, tamanho médio a grande,com casca lisa, sem indício de germinação, ...	**24,000000**	**4,400000**	**105,60**
Cebola branca. Tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, com casca, compacta e firme, sã, sem rupturas, ...	**50,000000**	**3,970000**	**198,50**
Cenoura: Tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, sem folhas, compacta e firme, sem rupturas, sem lesõe...	**50,000000**	**5,670000**	**283,50**
Chuchu: deve ter tamanho médio, com coloração normal, consistência firme, sem folhas, sem lesões mec...	**30,000000**	**4,100000**	**123,00**
Laranja Pêra: unidades firmes, casca lisa e brilhante, sabor adocicado, sem lesões mecânicas e micro...	**20,000000**	**4,690000**	**93,80**
Maçã: Maçã vermelha, tipo gala de 1ª qualidade. Grau médio de amadurecimento, especial. Deverá estar...	**10,000000**	**7,190000**	**71,90**
Consumo Imediato e em escala, no decorrer da semana. Com características organolépticas, cor, odor, ...	**10,000000**	**10,200000**	**102,00**
MELANCIA	**10,000000**	**5,000000**	**50,00**
Tomate: Maduro, mas não amolecido, sem amassamento, manchas amarelas ou brancas, deterioração ou mar...	**20,000000**	**8,190000**	**163,80**
Ovos de galinha, extra, branco. Acondicionado em caixa de isopor ou papelão. Cada embalagem contendo...	**10,000000**	**9,000000**	**90,00**

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152

Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:44:05 -03'00'

Iogurte Diversos sabores, contendo nome e composição do produto, informação nutricional, data de fab...	**50,000000**	**2,740000**	**137,00**
Iogurte sabor morango zero lactose	**50,000000**	**3,650000**	**182,50**
DE VACA INTEGRAL	**240,000000**	**5,400000**	**1.296,00**
Leite de vaca desnatado. Embalagem em polietileno metalizado. Registro no Ministério da Agricultura....	**180,000000**	**5,160000**	**928,80**
Leite Zero Lactose. Homogenizado, submetido ao processo de ultrapasteurização, U.H.T, sem aditivos e...	**120,000000**	**5,370000**	**644,40**
natural, garrafa com 500 ml. Prazo de validade: mínimo de 08 meses a contar da data de entrega.	**30,000000**	**3,100000**	**93,00**
Chá de Camomila: SACHÊS EMBALADOS 10G CAIXA COM 10 UNIDADES Peso unitário: 10g	**60,000000**	**2,620000**	**157,20**
Chá de Erva Cidreira: SACHÊS EMBALADOS 10G CAIXA COM 10 UNIDADES Peso unitário: 10g	**30,000000**	**2,920000**	**87,60**
Chá de Erva Doce: SACHÊS EMBALADOS 15G CAIXA COM 10 UNIDADES Peso unitário: 15g	**20,000000**	**2,620000**	**52,40**
Chá de Mate EMBALADOS 16G CAIXA COM 10 UNIDADES Peso unitário: 16g	**20,000000**	**4,220000**	**84,40**
Margarina com sal. Íntegra, com registro correspondente. Prazo de validade: mínimo de 03 meses a con...	**30,000000**	**7,800000**	**234,00**
vegetal	**180,000000**	**6,720000**	**1.209,60**
Gelatina em pó Sabor morango O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministé...	**100,000000**	**2,200000**	**220,00**

GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152

Assinado de forma digital por GLORIOSO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS ALIMENTI:40910344000152
Dados: 2026.11.04 17:44:20 -03'00'

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE
TRAJANO DE MORAES - RJ • DOE

Ano I • Número 173 Trajano de Moraes, 05 de novembro de 2026 • Lei nº 1355 de 10 de dezembro de 2024

EXTRATO DE CONTRATO N°114/2026

1- PROCESSO Nº 1830/2026

2- CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3- CONTRATADO: GLORIOSO COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

4- OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O HOSPITAL MUNICIPAL FRANCISCO LIMONGI

5- VALOR DO CONTRATO: R$ 16.118,20 (DEZESSEIS MIL CENTO E DEZOITO REAIS E VINTE CENTAVOS)

6- PRAZO: 12 (DOZE) MESES

7- ASSINATURA: 04/11/2026
8 - FISCAL DO CONTRATO: SONIA REGINA DAVID SILVA, MAT 4342

Portaria nº 337, de 05 de novembro de 2026

Institui a Comissão Intersetorial Temporária denominada Comitê Municipal de enfrentamento dos efeitos do El Niño, no âmbito do Município de Trajano De Moraes, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Trajano de Moraes**, Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 51, inciso II, alínea "d", e 162, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto nos arts. 23, 30 e 225 da Constituição Federal, na Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.750, de 12 de dezembro de 2023, no Decreto Federal nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, com suas alterações vigentes, no Decreto Estadual nº 46.935, de 12 de fevereiro de 2020, e no Decreto Estadual nº 50.357, de 2 de julho de 2026;

CONSIDERANDO o dever do Município de adotar medidas destinadas à prevenção, mitigação e redução dos riscos de acidentes e desastres;

CONSIDERANDO as competências municipais previstas na Lei Federal nº 12.608/2012, especialmente quanto ao planejamento, monitoramento, prevenção, preparação e resposta;

CONSIDERANDO os possíveis impactos associados ao fenômeno climático El Niño sobre o regime de chuvas, as temperaturas, os recursos hídricos, a saúde pública, a agricultura, o meio ambiente e os serviços essenciais, infraestrutura e populações vulneráveis;

CONSIDERANDO a instituição, pelo Estado do Rio de Janeiro, do Comitê Estadual de Enfrentamento aos Efeitos do El Niño, por meio do Decreto Estadual nº 50.357, de 2 de julho de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a articulação entre as secretarias municipais, a integração de informações estratégicas e o planejamento preventivo de ações destinadas à proteção da população, especialmente dos grupos socialmente vulneráveis e das comunidades rurais;

Resolve:

Capítulo I - Das Disposições Gerais

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Pública Municipal de Trajano de Moraes, a Comissão Intersetorial Temporária denominada Comitê Municipal de Enfrentamento aos Efeitos do El Niño – COMITÊ EL NIÑO, de caráter consultivo, preventivo, estratégico, intersetorial e temporário.

§ 1º O Comitê tem por finalidade promover a articulação institucional e acompanhar ações de monitoramento, prevenção, mitigação, preparação e resposta aos potenciais impactos relacionados ao fenômeno climático El Niño no território municipal.